



o trabalhador da CML

N.º 172
Ano XXXIV
Nov. / Dez. 2015



**Os trabalhadores votaram
e fizeram-se ouvir nas ruas contra
a política de direita!**

JF Av^a.Novas avança na
privatização da Limpeza
Urbana p.3

Lutar pela PRC 2016
p.11

Vivemos um momento ímpar na história recente do nosso país. A nova correlação de forças na

Assembleia da República, resultado das eleições de 4 de Outubro, pode inverter alguns dos caminhos privilegiados nos últimos anos pela 'direita' antidemocrática e antissocial, reencarnada por Passos, Portas e Cavaco, e que tanto tem infernizado a vida dos trabalhadores e do povo português.

Contudo, em política, nada é linear e nada acontece de forma espontânea e natural. É preciso construir o caminho que desejamos e ambicionamos, com muito esforço e persistência. Por esse motivo e no sentido de reforçar nas ruas os resultados já obtidos nas urnas, no passado dia 10 de Novembro milhares de trabalhadores deslocaram-se ao Parlamento onde exigiram a mudança de políticas, reivindicando a devolução dos rendimentos e direitos usurpados, implícito à vontade mais do que legítima em viver condignamente na terra onde nasceram. As próximas semanas serão decisivas, para influirmos no rumo que queremos ver adotado no nosso país, e para as nossas vidas.

Enquanto trabalhadores da administração pública, devemos alicerçar uma força mobilizadora capaz de concretizar a **Proposta Reivindicativa Comum** para 2016, a apresentar oportunamente pela Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública, organismo que o STML integra, ao governo que obtiver o apoio da maioria parlamentar para os próximos 4 anos. Até lá, os dirigentes do STML irão apresentar e discutir este documento com os tra-

balhadores do município de Lisboa, procurando melhorá-lo até chegarmos a um documento final e definitivo.

Sem estar dissociado da realidade mais geral, na cidade de Lisboa, os problemas agravam-se pela inércia de quem hoje tem o poder de decisão para os resolver ou agravar. Claramente optando por esta última hipótese, o executivo PSD da Junta de Freguesia das Avenidas Novas, torna-se pioneiro nas *experiências privatizadoras* ao entregar uma parte da varredura e lavagem das ruas, a uma empresa privada.

Os riscos da reforma administrativa da cidade de Lisboa, tantas vezes expostos e denunciados pelo STML, aí estão materializados infelizmente. A luta em defesa dos postos de trabalho e por um serviço público eficaz ao serviço da população, começou desde logo com um plenário à porta da Junta de Freguesia no dia 30 de Outubro. Irá continuar inevitavelmente, assumindo todas as formas que os trabalhadores e o seu sindicato, assim entenderem.

Reportando ainda à realidade nas Juntas de Freguesia, valorizamos os avanços significativos na celebração do ACEP, por exemplo com Benfica, Beato ou Alvalade, entre outras. Um assunto que merece maior destaque depois da decisão do Tribunal Constitucional dando razão aos sindicatos da CGTP-IN, entre eles, o STML, face à ingerência inadmissível e agora considerada inconstitucional, do governo PSD/CDS na autonomia do poder local, conquista maior de Abril.

Por outro lado, na Câmara Municipi-

pal, agravam-se os problemas envolvendo as condições de trabalho, dificultando, ou mesmo impedindo, os respetivos trabalhadores de prestarem um serviço público de qualidade aos munícipes e à própria cidade. Uma política de desconsideração, que conjuga desleixo puro e simples, com ausência de vontade política do atual executivo em resolver, atempada e adequadamente, todas as carências e ineficiências já identificadas. Uma postura que, a manter-se, continuará a ter da parte do STML o mais forte repúdio e combate.

Face à época festiva que se avizinha, deixamos uma mensagem de esperança e votos de boas-festas para todos os trabalhadores do município. Não esquecemos contudo que, à parte dos bons momentos cada vez mais importantes passados em família e com amigos, mantêm-se inalteradas as ideias-chave que nos devem nortear para o futuro, ou seja, unidade, luta, persistência e convicção de que é possível uma vida e um futuro melhor. Só possível com a força e participação de todos!



Em detrimento dos trabalhadores e do serviço público de limpeza urbana, a Junta de Freguesia das Avenidas Novas opta pela concessão (a caminho da privatização?)

A JF das Avenidas Novas decidiu em fins de Outubro concessionar a uma empresa privada uma parte do serviço público de varredura e lavagem. Ao fim de pouco mais de um ano e meio, confirmam-se algumas das preocupações que levou o STML a denunciar e combater o processo da reforma administrativa da cidade que originou o desmantelamento de importantes serviços municipais, como o da limpeza urbana.

As consequências do projeto político do PS, que beneficiou da cumplicidade ativa do PSD, são hoje perfeitamente visíveis nesta Junta de Freguesia que, a braços com as dificuldades mais do que expectáveis em corresponder às competências atribuídas pela CML, face à carência de meios humanos e técnicos, decide entregar uma parte do serviço público que lhe compete, a uma empresa privada.

As carências nesta junta de freguesia, não muito diferentes de tantas outras, legitimam objetivamente todas as críticas que o STML fez e continua a fazer sobre um processo que tanto tem prejudicado trabalhadores e munícipes, como a qualidade e eficiência do serviço público.

Críticas cuja justeza é claramente demonstrada hoje, face às opções assumidas pelo executivo PSD da Freguesia das Avenidas Novas.

Relembramos que o STML alertou exaustivamente sobre os perigos de uma transferência abrupta, irrefletida e irresponsável de meios humanos e materiais, já de si insuficientes na CML, para as juntas da cidade. Soma-se negativamente a forma como todo o processo decorreu, sempre contra a vontade dos trabalhadores envolvidos.

Se neste cenário, associarmos um executivo de Junta insensível às preocupações e anseios dos trabalhadores, então não estranharemos o avolumar da sua insatisfação e do seu conseqüente protesto. Na JF das Avenidas Novas, os problemas agravaram-se natural e inevitavelmente, pela inércia e arbitrariedade do seu executivo que, a título de exemplo, só agora, 17 meses depois, decidiu avançar nas obras de alargamento do posto de limpeza de São Sebastião, reivindicação há muito exigida pelos trabalhadores e sindicato.

Foram estes os principais problemas que levaram o STML a marcar um plenário junto à sede da Junta no passado dia 30 de Outubro, onde se denunciou publicamente as decisões arbitrarias e injustificáveis do seu executivo. Confrontados com os assuntos expostos na **resolução**

aprovada pela maioria dos trabalhadores presentes, os eleitos do PSD desta JF mantêm a postura autista e cega, preferindo manter a empresa privada contratada, em vez de definir uma organização do trabalho mais eficaz, assumindo, aqui sim, a contratação dos trabalhadores considerados necessários a esse objetivo.

Afirmam ainda que se trata apenas de uma ‘*experiência temporária e limitada a uma parte da sua área geográfica*’, mas como a História recente nos demonstra, o que é hoje “temporário”, amanhã poderá ser definitivo, abrangendo a totalidade do território, consumando assim a privatização dos serviços públicos da limpeza nesta Freguesia.

Todos sabemos que num contexto de privatização, são também os postos de trabalho que ficam em risco. Por outro lado, é maior a probabilidade no aumento de custos para a população, sujeitos à introdução de novas taxas ou aumentando as já existentes.

A luta dos trabalhadores e do Sindicato irá continuar, levando as nossas preocupações e reivindicações à Assembleia de Freguesia, à Assembleia e Câmara Municipal, além de desenvolver as lutas que se considerem necessárias e oportunas.



Os problemas que se agravam nas Juntas de Freguesia!

O STML está neste momento em negociação com as juntas de freguesia de Lisboa onde ainda não foi possível chegar a acordo sobre a celebração do ACEP, destacando-se neste momento pela positiva, os processos que decorrem com as Juntas de Benfica, Belém, Beato, Alvalade e na Penha de França.

No campo oposto, temos um impasse nas JF de Alcântara, Areeiro, Estrela, Marvila, St^o. António e St^a. Clara, onde não há resposta ao nosso pedido de negociação e celebração do ACEP. Um processo que obrigatoriamente iremos continuar a acompanhar.

Sobre outros problemas que se constatam nas JF, observamos que em 2/3 das mesmas, os trabalhadores transferidos da CML não estão a gozar as folgas que, por conveniência de serviço foram acumulando ao longo do tempo nesta entidade. Relembramos que na ata que resultou das reuniões que sucederam à luta de 12.06.2014, a CML assumiu a responsabilidade de negociar com as JF, no propósito de garantir este direito. Contudo, estamos longe desse objetivo. Mais uma vez, verificamos a existência de obstáculos de dois tipos, nomeadamente o que concerne às Juntas que estão dis-

poníveis para conceder o gozo das folgas aos trabalhadores, mas não o fizeram ainda porque a CML não forneceu as respetivas listagens e, um segundo, apontando as Juntas que simplesmente não estão dispostas a permitir o seu usufruto. No entanto, registamos pelo menos, que em todas há disponibilidade em negociar esta matéria com a CML. Não temos dúvidas que esta última é a principal responsável por este impasse, já que não preveniu atempadamente as respostas adequadas. O STML já deu conta disso mesmo ao atual executivo municipal, solicitando ao seu Presidente uma resolução célere e eficaz.

Outro problema é o que envolve o **acesso à Medicina do Trabalho da CML**. Aquando da transferência, um dos direitos garantidos aos trabalhadores, foi o de puderem usufruir destes serviços sem qualquer tipo de limitação. Todavia, neste momento, a CML faz depender esse acesso da assinatura de um protocolo com as JFs, quebrando por esta via o compromisso assumido na AML em Janeiro de 2014. Assim, algumas JFs celebraram protocolos com a CML, e outras contrataram empresas para esse fim. Certo é, todavia, que a maioria dos trabalhadores não tem um acompanhamento médico

regular e específico, incluindo a vacinação. Nalguns casos, só agora, 20 meses depois (!), estão a realizar exames médicos.

No campo dos **seguros de trabalho**, algumas JF optaram por serem auto-seguras, opção que criticamos face ao risco implícito, agravado pela ausência de um guia de procedimentos em caso de acidente. Estes problemas têm causado graves transtornos aos trabalhadores que já tiveram acidentes de trabalho.

Num outro patamar, relembramos a votação por unanimidade na AML de uma **Recomendação** (do PCP), que responsabiliza a CML pelo estado dos edifícios que transitaram para as JF.

Contudo, os que tinham problemas, não só se mantêm, como se agravaram. Salvo raras exceções, a maioria das JF e dos trabalhadores da limpeza urbana, debatem-se com postos degradados e insuficientes face ao seu número. Os casos mais graves, observam-se nas Juntas de St^a. Maria Maior e do Beato.

Um outro problema, também ele transversal à maioria das JF, é o que se prende com a **aquisição e distribuição de EPI's e fardamentos** aos assistentes operacionais. O tempo de resposta por parte das JF à satisfação deste imperativo legal e condição essencial à proteção dos trabalhadores, no plano da sua saúde e integridade física, tem causado um profundo desconforto, além de alimentar riscos totalmente desnecessários.

O STML continuará a exigir a resolução destes e outros problemas que determinam em grande medida a eficiência e qualidade do serviço público prestado. Respeitar e fazer respeitar os direitos dos trabalhadores, é um passo incontornável à defesa do serviço público.



STML reúne com vários responsáveis da CML

Nas últimas semanas, o STML tem vindo a reunir com alguns responsáveis da CML, onde têm sido abordados diversos assuntos e das quais deixamos aqui nota dos mais importantes.

Com o Vereador de Recursos Humanos e Finanças

1. Sobre o Orçamento e Mapa de Pessoal 2016.

Considerando que já não existem limitações impostas por uma troika/PAEF, não se justifica a redução do número de postos de trabalho previstos. Por outro lado, o acréscimo no orçamento de despesas com pessoal (+2,8%), parece-nos redutor face ao compromisso assumido pela CML na contratação de pessoal para as áreas operacionais. Também será exíguo, considerando as reivindicações dos sindicatos da administração pública, por exemplo no que diz respeito ao fim dos cortes, ao descongelamento de carreiras ou reposição dos valores do trabalho extraordinário.

2. Sobre o processo de seleção interno para mobilidades intercategorias.

Discordámos da proposta da autarquia, já que, na sua ótica, quer fazer depender todo um processo de classificação, do resultado obtido numa entrevista.

3. Certificação do CAM.

Voltámos a alertar que vários condutores necessitam de obter esta certificação antes do final do ano para conduzir veículos pesados dentro da legalidade exigida.

4. Abono por Falhas.

Reafirmámos que os trabalhadores que recebem, manuseiam ou guardam valor em numerário, independentemente da sua carreira, têm direito a auferir o respetivo suplemento remuneratório.

5. Admissão de trabalhadores.

Fomos informados de que foi dada au-

torização para a contratação em regime de prestação de serviços, de 27 trabalhadores para as oficinas do DRMM e 10 limpa-coletores.

6. Passagem de equipamentos culturais e trabalhadores, em regime de cedência de interesse público, para a EGEAC.

Foi-nos informado que o mesmo envolve cerca de 73 trabalhadores, reafirmando o STML a sua total discordância com todo este processo.

Com o Chefe de Divisão da Limpeza Urbana

1. Sobre o reforço nas voltas de remoção.

Exigimos a reposição do 'reforço' e o redimensionamento das 'voltas'.

2. Sobre a Feira da Ladra.

Reforçámos a posição já avançada anteriormente, que afirma a necessidade desta Feira ser assegurada por trabalhadores exclusivamente em regime de voluntariado. Criticámos ainda a exclusão dos trabalhadores do Posto da Boavista deste serviço.

3. Sobre a falta de pessoal.

Embora o número de trabalhadores tenha vindo a ser reforçado com prestadores de serviços, consideramos ainda insuficiente, já que ainda não possível à CML deixar de recorrer à contratação de empresas. Neste sentido, devem ter em conta as necessidades de pessoal nos reforços das voltas e na resposta, com meios próprios, às desmatações e/ou grafites.

4. Sobre o Complexo de Marvila.

Expusemos as preocupações em torno de balneários exíguos, face ao número de trabalhadores que os utilizam, além de serem criadas condições mínimas para a sua higiene adequada.

Com a Diretora Municipal da Unidade de Coordenação Territorial

1. Sobre a Admissão de pessoal.

Foi-nos informado que está autorizada a contratação de 10 operacionais em regime de prestação de serviços, para as brigadas existentes. Um número que consideramos ainda insuficiente.

2. Sobre as condições dos locais de trabalho das brigadas.

Transmitiram-nos que estão em curso duas empreitadas. A primeira na Rua Jau e, a segunda, na colocação de módulos novos na Travessa da Amorosa, que irão receber as Brigadas de Calceteiros e Sinalização. Igual e oportunamente, serão colocados contentores mais adequados para a Brigada de Betuminoso, no Monsanto.

3. Sobre os horários de trabalho nos mercados.

Reafirmámos a reivindicação da alteração dos horários praticados, tendo como referência os 5 dias por semana.

4. Sobre os fardamentos.

Foi-nos informado que estão a ser distribuídos fardamentos de inverno nas brigadas operacionais. Exigimos contudo, que o processo de aquisição de novos EPI's seja acompanhado pelos representantes dos trabalhadores para a Higiene e Segurança.

5. Sobre a organização da Brigada LX.

Acolhemos com agrado o abandono desta ideia. Neste sentido, mantem-se as atuais como transversais às 5 divisões Brigadas LX.

O que se passa com as obras que se realizavam na Brigada de Coletores?

Há vários anos que STML e trabalhadores da Brigada de Coletores têm exigido a realização de obras urgentes nas instalações onde estão sedeados. O edifício localizado na Estrada de Chelas, não reunia condições mínimas no plano da saúde, segurança e higiene no trabalho, apresentando carências a nível de balneários, sala de refeições e serviços administrativos.

No fim do ano passado (2014), a CML assumiu a realização das obras necessárias durante o 1º semestre de 2015, através do Vereador Jorge Máximo. Começaram finalmente em agosto, já com ligeiro atraso, todavia insignificante para quem esperava há largos anos pela sua efetivação.

As intervenções planeadas decorreram positiva e normalmente, tendo sido substituído o piso e as velhas instalações sanitárias e elétricas, realizando-se ainda as pinturas necessárias, entre outro tipo de melhorias.

Contudo, algumas questões, mesmo de carácter provisório, que deveriam ter sido previamente acauteladas, ficaram esquecidas. Falamos dos constrangimentos para quem, não tendo alternativa porque tal não foi sequer equacionada, têm de conviver num 'ambiente de obra'. Durante estes meses, os trabalhadores vestem-se, comem e realizam a sua higiene diária após o término de um trabalho penoso, insalubre e de risco, num cenário que mais parece saído de uma batalha campal.

Os problemas agravaram-se quando as obras pararam incompreensivelmente durante a segunda quinzena de Outubro. Para espanto dos trabalhadores da Brigada de Coletores, os homens da empresa contratada pela CML para a realização destas intervenções, deixaram de aparecer e as instalações que antes tinham más condições de trabalho, passaram a ser péssimas. Agora, não existem sequer armários ou outro tipo de mobiliário, nem cozinha e nem sequer portas.

Na altura em que escrevemos este artigo, os trabalhadores e o Sindicato, desconhecem as razões que produziram esta paralisação. Face ao histórico de má memória sobre a prática da CML, questionamos se não estaremos perante mais uma obra de Santa Engrácia? Mas, mais importante ainda, questionamos por quanto tempo têm os trabalhadores de estar sujeitos a esta situação, que materializa, não a ausência de condições mínimas, mas a total ausência de condições de trabalho.

O STML continuará a acompanhar este problema, exigindo que seja concluída a obra, permitindo assim aos trabalhadores da Brigada de Coletores, a dignidade a que têm direito, sem esquecer que este conjunto de trabalhadores realiza um dos trabalhos mais penoso e também mais importante na cidade de Lisboa.

Merecem, como tal, serem valorizados e respeitados.



No DRMM, a falta de recursos humanos afeta inevitavelmente a sua capacidade de resposta!

Na última edição de *O Trabalhador da CML*, demos nota da reunião realizada a 28 de Julho com a nova estrutura dirigente do Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica (DRMM). Nesta reunião, relembramos a necessidade urgente do reforço de pessoal em várias categorias profissionais, matéria que teve dos novos responsáveis do DRMM, o compromisso em identificar as carências efetivas de pessoal, além da intenção expressa em otimizar a gestão de recursos humanos do Departamento, antes de fechar o quadro de necessidades. Foi também avançada a ideia em monitorizar as tarefas realizadas pelos trabalhadores, bem como o seu aproveitamento.

Passados pouco mais de três meses, o STML e os trabalhadores desconhecem ainda os resultados das intenções então enunciadas, embora durante este tempo, tenham sido assumidas medidas por parte da estrutura hierárquica, que estão a ser acolhidas pelos trabalhadores como medidas

avulsas e que causam, no limite, a instalação de um clima de vigilância permanente sobre os trabalhadores, em nada contribuindo para a sua otimização e eficiência.

Mesmo assim, o STML entende que passados estes três meses, já alguma coisa poderia estar feita em relação à identificação de carências e consequente contratação de trabalhadores para um serviço que apresenta problemas de pessoal tão evidentes e tão antigos. Carências identificadas pelo STML e reconhecidas pela CML, já em Junho de 2014!

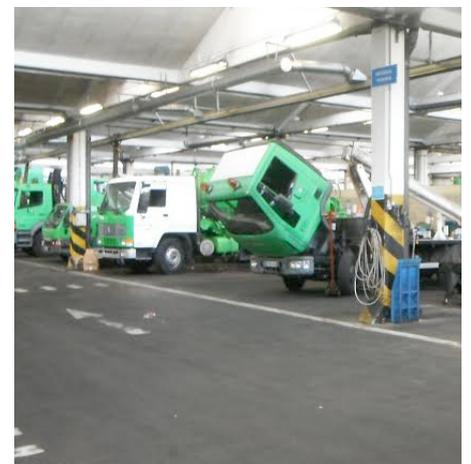
Entretanto, o que se verifica efetivamente nas oficinas do DRMM é o atraso constante na reparação de viaturas, principalmente de viaturas de remoção. Este é o resultado de uma política de desinvestimento continuada no tempo, materializada atualmente por uma frota municipal de uma antiguidade considerável. Por força desta antiguidade, as viaturas ocorrem com maior frequência às oficinas, verificando-se por esse motivo, e com bastante regularidade nos últimos tempos, um número elevado de viaturas inoperacionais para o serviço de remoção na cidade.

Esta inoperacionalidade de tantas viaturas começa, de novo, a ter implicações várias no normal funcionamento e organização da recolha de resíduos sólidos, afe-

tando principalmente os trabalhadores da limpeza urbana, cantoneiros e condutores. Para além da carga de trabalho adicional que têm, somam-se os problemas de ter ou não ter à sua disposição, a viatura adequada para o tipo de remoção que efetuam, além do risco implícito e acrescido, para a sua segurança e de terceiros.

Urge portanto, que a CML passe dos estudos e avaliações, a ações concretas que permitam o mais breve possível, reforçar o número de trabalhadores nas diversas categorias em falta nas oficinas do DRMM, não descurando óbvia e naturalmente, a renovação de frota que é necessária e inadiável.

O STML, com os trabalhadores, continuará a lutar pelo reforço e estabilização do DRMM, garantindo o seu futuro, defendendo o serviço público, os trabalhadores e suas condições de trabalho.



No serviço municipal da Limpeza Urbana de Lisboa, continuam a faltar trabalhadores e viaturas novas que substituam uma frota cada vez mais obsoleta.

O importante sector da Limpeza Urbana da CML debate-se com problemas há muito por nós referenciados. Meios humanos insuficientes, uma frota envelhecida e demasiadas vezes inoperacional, além de instalações com carências em diversas dimensões.

A transferência de várias centenas de trabalhadores para as JF, agravou e demonstrou, inequivocamente, as debilidades da Higiene Urbana na autarquia de Lisboa.

Muito antes de esta delapidação ocorrer, já tínhamos um mapa de pessoal deficitário. Após a conclusão deste processo, a CML ficou reduzida a 500 cantoneiros, estando aptos para a tarefa de remoção, menos de 300 profissionais. Um número manifestamente insuficiente. Cerca de 20% dos circuitos diários deixaram de se realizar em consequência da decisão irresponsável do executivo liderado então por António Costa.

À CML atribui-se a competência da recolha dos resíduos sólidos. É ainda sua responsabilidade, a limpeza de mercados e feiras, de grandes eventos, das vias consideradas estruturantes e a recolha de “monos”, entre outras. Atualmente, por falta de pessoal, ainda não cumpre na íntegra algumas das destas competências.

Resultado da luta de Junho de 2014, a CML foi obrigada a contratar 125 cantoneiros de limpeza, em prestação de serviço, mais 25 trabalhadores provenientes do CEI, com o compromisso para a abertura de um concurso visando preencher 150 vagas com CTFP por tempo indeterminado.

Este concurso está agora prestes a ser concluído. No entanto, o número de vagas previsto inicialmente demonstrou ser insuficiente (como o STML oportunamente alertou!). Situação que foi agravada pela saída ao longo dos últimos meses, de várias dezenas de trabalhadores por diversos motivos, sendo o principal a aposentação.

Também consequência desse processo reivindicativo, foi a entrada de 10 condutores de máquinas pesadas e veículos especiais (CMPVE), que constituíam a reserva de recrutamento de um concurso anterior. Posteriormente, este setor foi reforçado com a entrada de prestadores de serviços e cantoneiros de limpeza que detinham a devida habilitação profissional, colmatando momentaneamente a falta de pessoal que este sector apresentava.

Neste momento, face à saída de um número considerável de CMPVE (principalmente por aposentação), torna-se novamente necessário e urgente o seu reforço.

Outro problema que impede a limpeza urbana de ser um serviço municipal eficiente e com a qualidade que se

exige, é que diz respeito à quantidade e estado de conservação da respetiva frota. Com a entrega de viaturas de 3500Kg às JF, a CML apresenta um défice de pelo menos 20 veículos, dificultando e colocando em causa o apoio à remoção e, principalmente a recolha de “monos”.

Mais grave ainda, é o estado em que se encontram as viaturas pesadas. É uma frota envelhecida, havendo viaturas em circulação com mais de 30 anos (!). As avarias são constantes e daí questionarmos se as reparações sucessivas não acarretarão custos desnecessários para os cofres da autarquia e, conseqüentemente para o erário público?

Estas viaturas constituem um perigo permanente para os trabalhadores que diariamente as conduzem e acompanham. Soma-se a frustração de, num mesmo dia ou noite de trabalho, ser necessário trocar de viatura duas a três vezes face às avarias que ocorrem.

Um outro problema, é o que concerne à utilização de viaturas da recolha de vidro, na recolha de lixo indiferenciado. Como estas viaturas são de caixa aberta, o derrame de resíduos na via pública é constante, passando-se o mesmo com as viaturas mais antigas, por problemas de retenção.

Por último, e também como consequência da luta do ano passado, valorizamos a realização de obras em inúmeras instalações e postos de limpeza, sem contudo deixar de criticar os processos demasiados morosos que atrasam a conclusão de obras já iniciadas ou o atrasam o início das obras por fazer. Registamos negativamente, por exemplo, o tempo de resposta dos serviços da DMPO nas pequenas reparações. Este tipo de prática, como é óbvio, causa um profundo desconforto e conflitos desnecessários.



Comando do RSB faz tentativa de espoliação dos bombeiros!

Os profissionais do RSB, à imagem dos profissionais de algumas forças de segurança, como a polícia Municipal de Lisboa (PM) e a polícia de segurança pública (PSP), fora do seu horário normal de trabalho, portanto no seu período de folga, prestam serviços de prevenção em eventos públicos e em casas de espetáculo da cidade. Os bombeiros, como os agentes da PM e da PSP, prestam estes serviços a entidades diferentes da sua entidade empregadora pública por virtude das suas especiais funções e das competências e experiência que detêm.

O RSB perante os pedidos que lhe são dirigidos determina, por escala entre os voluntariados, os bombeiros que, fora dos seus períodos de horário de trabalho, prestarão os serviços solicitados pelas entidades requerentes. Sendo esse serviço remunerado ou gratificado pela prestação do trabalho.

O pagamento é feito aos bombeiros sapadores, pela CML, após descontos legais, na totalidade da importância que foi entregue pelas entidades requerentes dos serviços. À CML caberá servir de entidade intermediária e após boa cobrança, efetuará o reembolso aos bombeiros sapadores que prestaram o serviço. O custo dos serviços prestados está definido pela autar-

quia de Lisboa conforme prevê o seu Regulamento Geral de Taxas.

Os bombeiros sapadores prestam serviço em idênticas condições com os serviços gratificados prestados pela PSP e pela PM, mas apenas estas duas entidades, detêm o enquadramento fiscal próprio efetuado por despacho do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

Este sindicato por inúmeras vezes confrontou o Executivo sobre a não conformidade da situação, exigindo que os bombeiros tivessem o mesmo tratamento que outras entidades, tendo enviado, em 2014, ao Diretor-geral da Autoridade Tributária e Aduaneira de Lisboa (ATA), um parecer jurídico, onde se fundamenta todas as razões para haver equidade no tratamento.

Mas o impensável aconteceu! O comandante do RSB decidiu, sonegar parte do dinheiro que os bombeiros haviam ganho nos serviços de prevenção que efetuaram, no seu período de folga, com efeitos ao mês de agosto, isto sem dar conhecimento prévio aos bombeiros, nem a devida informação ao STML.

Demonstrando uma total desconsideração pelos profissionais do Regimento, o Sr. Comandante decide alterar as “regras do jogo”. As atuais condições foram decididas pelo anterior Comandante, que as fez publicar em Ordem de Serviço e em NEP (norma de execução permanente) em Agosto de 2010, pelo que a existirem alterações, essas teriam que ser também elas publicadas, ao não o fazer, o Sr. Comandante parece querer prejudicar intencionalmente os bombeiros.

À margem das motivações do Comandante do RSB, não compreendemos a postura das pessoas que chefiam os órgãos com responsabilidade direta nesta matéria, como é o caso da secretária-geral e da secção de pessoal. Não é admissível que os bombeiros que chefiam estes serviços saibam com antecedência dos propósitos do Sr. Comandante e não previnam os interessados sobre alterações que os vão prejudicar financeiramente.

Alegadamente, as razões para tal medida prendem-se com o facto de os serviços de prevenção serem considerados “horas extraordinárias” e como tal existir um desfaseamento entre o preço dos serviços cobrados como taxa municipal e o preço da hora extraordinária.

Este sindicato fez saber à autarquia da necessidade de ser esta a enviar um parecer jurídico, em tudo igual ao que o STML elaborou, à ATA de Lisboa, por forma a reivindicar o mesmo enquadramento fiscal de que gozam a PSP e a GNR. Enquanto isso não se verificar, os serviços de prevenção passam a ser pagos com um novo método aprovado pelo executivo e publicado em OS, no passado mês de outubro, sendo que esta nova “fórmula” continua a prejudicar financeiramente os bombeiros.



Da Cimeira da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP)

Realizou-se no passado dia 22 de Outubro, na sede da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais, a *cimeira* da FCSAP, organismo do qual o STML integra o secretariado. Neste encontro, foi aprovada por unanimidade a Proposta Reivindicativa Comum (PRC) para 2016. Foi também aprovada a Resolução da Cimeira da FCSAP.

Ficou decidido pedir audiências aos grupos parlamentares dos partidos representados na Assembleia da República (AR), com o objectivo de lhes apresentar a PRC 2016.

A PRC será entregue ao governo que tome posse, após ser viabilizado na AR. Foi também decidido que os sindicatos iniciem um processo de discussão no seu seio e junto dos trabalhadores, sobre que formas de luta e respostas a dar ao futuro Governo, caso este não vá ao encontro às nossas reivindicações.

O povo português pronunciou-se, de forma inequívoca, nas urnas contra a política da direita levada a cabo por PSD/CDS, atribuindo uma clara maioria parlamentar à sua esquerda. Existe, portanto, um novo quadro político, para viabilizar uma mudança na política do País. É neste quadro que os trabalhadores da AP devem continuar a lutar por objectivos que consideram justos, bem como exigir o cumprimento de promessas eleitorais e dos compromissos assumidos pelos partidos nas várias reuniões com as associações sindicais.

Esta nova correlação de forças contou com o contributo em particular dos trabalhadores da AP que nos últimos quatro anos, através de uma luta continuada, impuseram várias derrotas ao governo PSD/CDS. Relembramos diversos recuos legislativos, demissões de ministros, processos que levaram a várias declarações de inconstitucionalidade, ou a derrota na Administração Local do aumento da semana de trabalho para 40 horas.

Os trabalhadores da AP têm sido dos mais atingidos pelas nefastas políticas de austeridade dos sucessivos governos. Assistimos também ao desinvestimento nos serviços públicos e o seu consequente desmantelamento, com vista à prossecução do objectivo central - a reconfiguração do Estado, conduzindo à privatização das suas funções sociais e dos serviços públicos.

Deste modo, não nos resta se não lutarmos pela aplicação de todas as medidas que constam na PRC 2016, nomeadamente em matérias salariais, fiscais, assim como a revogação de toda a legislação negativa que impende sobre os trabalhadores da AP, o fim do encerramento, reconfiguração e privatização dos serviços públicos e a suspensão de todos os contratos de municipalização já assinados. Defendemos uma Administração Pública de qualidade, ao serviço das populações e do país!



A luta pela concretização da Proposta Reivindicativa Comum (PRC) para 2016!

Foi aprovada na última Cimeira da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública, no dia 22 de Outubro, a Proposta Reivindicativa Comum (PRC) para 2016, a apresentar ao governo que vier a ser viabilizado pela Assembleia da República. Este é um instrumento fundamental para os trabalhadores da Administração Pública (AP) e para os seus sindicatos, já que engloba um conjunto de matérias que salvaguardam os seus direitos e interesses. A luta pela sua negociação e concretização é assim determinante, além de garantir a efetivação de um direito constitucional, nomeadamente o da *Contratação Coletiva*.

Deixamos aqui um breve resumo da PRC 2016, que ao longo do mês de Novembro será discutido com os trabalhadores.

Exigimos:

- **A reposição imediata do valor integral dos salários, subsídios e pensões** roubados desde 2011, incluindo as prestações sociais. Reposição do pagamento do subsídio de Natal no mês de Novembro.
- **A atualização dos salários e pensões, em 4% com um mínimo de 50 euros** por trabalhador, do **subsídio de refeição para € 6,50** e das restantes prestações pecuniárias em 4%.
- **A reposição do pagamento das horas extraordinárias** com acréscimo de 50% pela primeira hora ou fração desta e 75% por cada hora ou fração subsequente em dia útil e a 100% por cada hora ou fração em dia de descanso semanal (obrigatório ou complementar) e em dia feriado e reposição do descanso compensatório;
- **O descongelamento da mudança de posição remuneratória** e reposicionamento nos escalões da carreira correspondentes aos anos de serviço.
- **A revogação das normas que preveem as 40 horas** na Lei n.º68/2013. Revogação de todos os normativos legais de desregulamentação dos horários de trabalho.
- **A reposição do número de dias de férias** previstos no Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas e **reposição dos feriados** roubados.
- **O fim do encerramento, reconfiguração e privatização dos serviços públicos**, em respeito pela Constituição da República Portuguesa e pelo cumprimento do papel do Estado na garantia das funções sociais.
- **A aplicação do vínculo público de nomeação**, com os efeitos daí decorrentes, a todos trabalhadores da AP, incluindo os que exercem funções nas EPE com contrato individual de trabalho. Integração dos trabalhadores em situação de mobilidade especial/requalificação nos quadros de pessoal. Reintrodução dos quadros de pessoal.
- **A resolução imediata das situações de precariedade**, através da integração nos quadros de pessoal, dos trabalhadores que desempenham funções correspondentes a necessidades permanentes dos serviços ou organismos, incluindo os trabalhadores de Programas Ocupacionais e de Contrato Emprego-Inserção e os falsos recibos-verdes;
- **A realização de procedimentos concursais** para garantir o desenvolvimento profissional dos trabalhadores nas respetivas carreiras e desbloqueamento dos concursos de ingresso pendentes.
- **A revogação** de todas as normas que, de forma direta ou encapotada, promovam o despedimento dos trabalhadores da Administração Pública.
- **A consolidação da ADSE** como sistema de saúde autónomo para todos os trabalhadores da AP, independentemente do vínculo contratual.
- **A reposição do desconto de 1,5%** sobre 12 meses da remuneração base e não 3,5% sobre 14. Devolução de todos os descontos feitos acima dos 1,5% sobre 12 meses e a totalidade dos descontos feitos sobre os 13º e 14º mês.
- **A revogação imediata da sobretaxa de IRS**, e o alargamento dos escalões de IRS.
- **A contagem integral do tempo de serviço** retirado aos trabalhadores, para todos os efeitos, designadamente progressão e promoção na respetiva carreira e reposicionamento salarial.
- **A revogação do SIADAP**, sendo criado um sistema de avaliação de desempenho de carácter formativo, sem “quotas”.
- **A regulamentação e aplicação de todos os suplementos remuneratórios**, designadamente do suplemento de risco, penosidade, insalubridade e falhas e **regulamentação das profissões de desgaste rápido**. Valorização das carreiras existentes e criação de outras de acordo com as diferentes especificidades.
- **A reposição das condições gerais para a aposentação** sem penalização com 36 anos de serviço independentemente da idade, sendo salvaguardados regimes específicos, nomeadamente as profissões de desgaste rápido.
- **A incidência dos descontos para a CGA** sobre a totalidade das remunerações e suplementos.
- **A concessão de condições específicas no acesso à aposentação sem penalizações, aos trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho e/ou doença profissional.**
- **A concretização do direito à formação profissional e contínua.**
- **A revogação** das normas gravosas da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Temos um novo Gabinete de Psicologia, mas não podemos esquecer contudo outros problemas que continuam por resolver.

No dia 23 de Outubro, foi inaugurado um novo Gabinete de Psicologia da Câmara Municipal, depois das obras que aí tiveram lugar de ampliação e melhoramento, que o STML e os trabalhadores há muito tempo exigiam.

Perspetiva-se assim, não só melhorar as condições de trabalho e de resposta dos profissionais que ali exercem a sua atividade, mas também criar melhores condições de acolhimento e acompanhamento a todos os trabalhadores da CML que a estes serviços recorrem.

Estamos perante uma área de intervenção que, como todos reconhecemos, é essencial e determinante à qualidade de vida dos trabalhadores, não esquecendo contudo que integra um dos serviços mais depauperados desta autarquia, a Medicina e Sinistros de Trabalho, sob a direção do Departamento de Saúde, Higiene e Segurança (DSHS).

O STML há anos que vem reivindicando a melhoria destes serviços, seja pelo recurso a novas contratações de pessoal especializado (médicos, psicólogos, enfermeiros, etc...), seja pelo investimento na melhoria de condições de trabalho para quem atende e para quem, aqui, é atendido, consubstanciando realidades obviamente indissociáveis.

Certo é, que as obras agora realizadas de alargamento e consequente melhoria do Gabinete de Psicologia, responde positivamente a algumas dessas mesmas reivindicações, e por isso mesmo não podemos deixar de as valorizar. Sabemos que o resultado agora alcançado é também consequência da luta travada nos últimos anos pelos respetivos trabalhadores e pelo seu sindicato, o STML.

Contudo, muitos e graves problemas persistem. Apesar de conhecidas publicamente as crescentes insuficiências no acompanhamento e recuperação aos acidentados do trabalho, nas suas várias dimensões e realidades vivenciadas, a CML continua ainda muito longe de mostrar a sensibilidade necessária à resolução efetiva deste tipo de problemas, que demasiadas vezes constroem duramente a vida e o equilíbrio familiar de centenas de trabalhadores, em alguns casos de forma irreversível.

Ao sindicato continuam a chegar todas as semanas, reclamações de trabalhadores do município que não têm da parte do DSHS e dos seus responsáveis máximos, políticos e hierárquicos, o melhor acompanhamento, o melhor tratamento, a melhor palavra e atenção. Nos casos onde o drama da situação vívida, é real e objetivo,

estes trabalhadores sofrem duplamente com a falta de resposta aos seus problemas e anseios, sejam eles de natureza física e/ou psíquica, que se repercutem insofismavelmente e como todos sabemos, no plano profissional, pessoal e/ou familiar.

É urgente encontrar os caminhos certos e justos que defendam e materializem uma recuperação cuidada destes trabalhadores e que ao mesmo tempo, seja célere, mas também atenciosa, competente e eficiente.

Prioridades que há muito tempo a esta parte, estão longe de ser minimamente consideradas.

O STML continuará a reivindicar o respeito pelos direitos e pela dignidade dos trabalhadores acidentados.

Obrigados a recorrer a operações e tratamentos complexos face à gravidade das suas lesões, que os conduzem por um caminho árduo de um longo recobro, a vida destes trabalhadores não pode ter como bitola uma mera folha de Excel ou um fugaz algoritmo. Esperemos que este novo Gabinete de Psicologia contribua para inverter a tendência desumanizadora que infelizmente se observa na autarquia de Lisboa.



Os eternos problemas no Edifício Municipal da Rua Alexandre Herculano.

Passaram mais de três meses! Terão sido quatro, cinco ou mais? As deficiências técnicas que afetam os elevadores no Edifício Municipal da Rua Alexandre Herculano parecem eternizar-se no tempo, de tal ordem que até nos esquecemos que nem sempre foi assim. De facto, os elevadores, os três, já funcionaram plenamente, respeitando a legislação que obriga à existência, no mínimo, de dois elevadores totalmente operacionais em edifícios com mais de quatro andares.

Neste momento, apenas um elevador satisfaz um edifício com mais de duzentos trabalhadores. Uma estimativa por baixo, se considerarmos que nos últimos meses, observámos à chegada de um número considerável de trabalhadores da Junta de Freguesia de Santo António. Mas nem este incremento de pessoas que circulam constantemente de baixo para cima e de cima para baixo num edifício de oito andares, parece sensibilizar *aqueles* que têm a responsabilidade e obrigação de proporcionar condições de mobilidade e de trabalho dignas.

Não esquecemos ainda, as dificuldades de todos os que, não trabalhando no edifício, são presença assídua no mesmo. Falamos dos munícipes, dos trabalhadores reformados da Câmara Municipal que todos os dias almoçam no refeitório, ou ainda dos fornecedores que também diariamente respondem às necessidades alimentares do referido equipamento. Das 08h00 às 20h00, um elevador sob ameaça constante de avaria, responde precariamente a este fluxo constante de bens e pessoas.

Mas as condições de trabalho neste edifício municipal, não se resumem apenas à insuficiência no plano da mobilidade. Há largos meses, trabalhadores e sindicato denunciaram problemas com a ausência ou ineficácia dos equipamentos de ares condicionados, sabendo à partida que estamos num edifício que pode atingir temperaturas elevadíssimas no verão, e temperaturas baixíssimas no inverno. Alertou-se igualmente para a urgência em colocar janelas duplas, reparar tetos esburacados, melhorar os esgotos e saneamento, além do problema da sobrelotação em inúmeras salas, consequência direta das

decisões apressadas e irrefletidas de um executivo municipal que demasiadas vezes, ignora os trabalhadores sob sua alçada.

Passado todo este tempo, a **ausência de resposta da CML a todos estes problemas**, indigna-nos profundamente! Uma realidade que, como todos sabemos, influi negativamente no bem-estar, motivação e produtividade dos trabalhadores.

Neste caso em concreto, e paradigmático do autismo mais ou menos institucionalizado, foi o conteúdo da intervenção do Vereador com o Pelouro do Desporto num encontro dirigido aos trabalhadores do respetivo Departamento (instalado no Edifício Municipal da Rua Alexandre Herculano). Após ouvir muitos dos problemas já conhecidos sobre condições de trabalho, falou de tudo, menos das respostas e soluções que os trabalhadores reivindicam.

Ironicamente, multiplicam-se os apelos ao ‘espírito de equipa’, aos ‘sacrifícios’ em prol do trabalho a desenvolver, cujos resultados irão beneficiar os munícipes e a cidade, mas também os próprios trabalhadores. Somos todos, repetem com sorrisos e algum sentido de humor, uma ‘família unida’, trabalhando de forma coesa e harmoniosamente com e para objetivos comuns.

À parte da demagogia, esquecem-se os atuais responsáveis políticos e hierárquicos da CML, que os trabalhadores têm que ter condições de trabalho dignas para realizarem um serviço público consequente e de qualidade, independentemente da área de intervenção a que diga respeito.

Desvalorizar as legítimas e justas reivindicações dos trabalhadores, terá consequências seguramente desagradáveis, mais tarde ou mais cedo. À Câmara Municipal exige-se, antes de tudo, respostas eficazes aos problemas que se constata nos edifícios municipais e, em particular, o localizado no nº46 da Rua Alexandre Herculano.



A CML opta pelo caminho da desresponsabilização social...

A Câmara Municipal concluiu o processo de transferência da gestão dos refeitórios e infantários municipais para os Serviços Sociais da CML. Estamos perante uma externalização em sentido estrito, o que nos levanta sérias preocupações sobre o futuro destes equipamentos e da sua função perante os trabalhadores do município.

A existência destes equipamentos consubstanciou, até há pouco tempo, a responsabilidade social que a CML pode e deve ter junto dos seus trabalhadores. Conceder a uma entidade externa a sua gestão, pelo menos numa primeira fase, materializa objetivamente a negação dessa mesma responsabilidade, sinónimo de um retrocesso histórico que dificilmente entendemos e aceitamos.

Sabemos que as dificuldades financeiras dos trabalhadores da administração pública e da autarquia de Lisboa em particular, aumentaram nos últimos anos em resultado da política seguida quer na Assembleia da República, pela mão do PSD/CDS, quer na própria Câmara Municipal pela mão do PS.

Não se entende portanto que, em vez de reforçar a vertente social interna, minimizando os constrangimentos a que todos temos estado sujeitos, se prefira o caminho da desresponsabilização, sustentada numa opção ausente de garantias firmes e sustentáveis para o futuro. Falamos, no essencial, do acesso e da própria existência futura destes equipamentos, associando os riscos no seio daqueles a quem se deveriam destinar, isto é, aos trabalhadores do município, no ativo e reformados.

O STML tem levado a cabo, de há uns meses a esta parte, uma progressiva sensibilização junto dos trabalhadores sobre este assunto, procurando alertá-los para as eventuais consequências da decisão assumida conscientemente pelo atual executivo municipal. A circulação de um **abaixo-assinado** dando conta da posição do Sindicato e denunciando este e outros problemas que se poderão colocar a curto/médio prazo, dá conteúdo a esta luta. Antes do fim do ano, esperamos reunir as condições que permitam a sua entrega ao Presidente Fernando Medina.

Por último, como já tivemos oportunidade de referir a alguns responsáveis políticos da autarquia, qualquer problema identificado nos refeitórios e jardim-de-infância, sobre condições de trabalho ou sobre trabalhadoras e trabalhadores, será diretamente colocado ao executivo municipal. Se a CML opta por desresponsabilizar-se face aos seus funcionários, o Sindicato prefere responsabilizar quem de facto mantém o ónus político de resolver os problemas por si criados exclusivamente.

Já sabemos há muito, que as 'decisões irreversíveis' deixam-no de o ser, sempre e quando existe vontade para tal. O STML irá continuar empenhado na luta pela defesa e garantia do acesso com qualidade e a preços acessíveis dos trabalhadores do município aos refeitórios municipais e respetivos jardins-de-infância.

[Se ainda não assinaste o abaixo-assinado, questiona o teu dirigente ou delegado sindical sobre como o poderás fazer.]



Desenvolve-se a bom ritmo o processo que procura construir um Acordo de Empresa na Gebalis.

Decorreu no passado dia 7 de Outubro no Centro Cultural de Carnide (Auditório Natália Correia), o primeiro plenário convocado pela Comissão de Trabalhadores (CT) recentemente eleita. O STML e o STAL estiveram presentes após convite da referida CT. Nesta reunião, onde participaram cerca de 80 trabalhadores, foram debatidos os temas sobre a elaboração, negociação e assinatura de um Acordo Coletivo de Empresa (AE) na GEBALIS.

Um dos pontos da Ordem de Trabalhos foi precisamente a procura de esclarecimentos sobre a importância da existência de um AE para os trabalhadores, além do papel dos sindicatos neste tipo de processos. De referir que a assinatura do AE é também um objetivo a alcançar pela recém-eleita CT.

Neste sentido, os elementos da CT explicaram os objetivos e vantagens de um AE. Assunto posteriormente desenvolvido pelos dirigentes do STML e do STAL convidados para esse efeito.

Por sua vez, os trabalhadores colocaram várias e interessantes questões, nomeadamente sobre a

sindicalização e o AE e qual a relação entre uma dimensão e outra; sobre a adaptabilidade e bancos de horas individuais; sobre o nivelamento salarial; sobre a majoração dos dias de férias; sobre o valor do subsídio de refeição ou sobre as prioridades que se devem assumir num processo de negociação. Outros assuntos foram colocados, procurando os representantes sindicais responder e esclarecer da forma mais adequada as dúvidas dos trabalhadores.

Após os esclarecimentos e troca de impressões entre trabalhadores e sindicatos, foi aceite consensualmente que todas as matérias em discussão cabem na proposta de AE a apresentar e negociar oportunamente com o Conselho de Administração da Gebalis. De maior relevância, enfatizam-se os tópicos implícitos às questões salariais e à aplicação das 35 horas semanais, sem adaptabilidade e bancos de horas individuais.

Uma convicção interessa aqui reforçar: o sucesso do processo negociacional dependerá em muito do próprio envolvimento dos trabalhadores.

A responsabilização através da mobilização e participação de todos os trabalhadores da Gebalis, é uma questão impreterível na defesa dos seus próprios direitos, interesses e aspirações. A forte participação no plenário do passado dia 7 de Outubro já demonstra claramente esta consciência, o que nos leva a criar expectativas bastante positivas. Por último, interessa enfatizar a reunião entre STML e STAL que, após as elações retiradas do plenário de trabalhadores, uniram os respetivos Gabinetes Jurídicos no sentido de analisar a documentação disponibilizada pela Comissão de Trabalhadores e pelo Conselho de Administração da empresa.

Num segundo momento irá ser estabelecido o calendário para a discussão com a CT da proposta de AE produzida por ambos os sindicatos. Serão igualmente agendados plenários em todos os locais de trabalho da Gebalis com vista à apresentação e melhoramento do documento. O último passo nesta fase, passará por iniciar formalmente o processo negociacional com o CA da empresa.



Unidos para alcançar um AE!

A indesmentível derrota da política de direita nas eleições de Outubro!

Por mais que digam o contrário, a direita, nomeadamente o PSD e o CDS, tiveram o pior resultado de sempre em eleições legislativas. No último ato eleitoral, os portugueses deram a maioria dos assentos parlamentares ao PS, BE, PCP e PEV, recusando assim a continuação das políticas de austeridade e de empobrecimento perpetradas ao longo dos últimos anos por Passos e Portas.

A relação é simples: mesmo sendo a força política mais votada, a coligação de direita não tem condições para governar, cabendo ao Parlamento expressar, face à nova maioria, a rutura com a política de desastre nacional. Infelizmente, Cavaco Silva não surpreende ninguém e procura fazer aquilo que sempre fez: defender o seu partido e ler enviesadamente os resultados eleitorais.

Ao dar posse a Passos Coelho como primeiro-ministro, Cavaco desrespeita a vontade da larga maioria dos portugueses. Mesmo perante o facto de o PS recusar dar cobro ao governo de direita, confirmando as negociações para o entendimento

à esquerda, o ainda Presidente da República faz orelhas moucas, empossa um governo em minoria, sem legitimidade parlamentar, e faz o País perder tempo precioso perante a situação de enorme gravidade em que nos encontramos.

Cavaco, à semelhança de Passos e Portas, é um dos grandes derrotados das Legislativas.

Percebendo-o, assume que ao empossar Passos como primeiro-ministro pode pressionar o PS, excluindo um milhão de portugueses que votaram no BE e PCP de poder contribuir para uma solução de governação que signifique uma alternativa de facto, e não a habitual alternância, característica dos partidos do chamado “bloco central”.

A gravidade do discurso de Cavaco na ressaca das Legislativas não tem paralelo em quatro décadas de regime democrático em Portugal. Expressamente assume que há dois partidos, representativos de um milhão de eleitores que, na sua ótica, não contam para nada. Perante o esboço de

uma maioria de facto, Cavaco mostra um reacionarismo a lembrar os tempos sombrios do antigo regime.

Contudo, e tendo-se concluído positivamente as negociações entre o PS, o BE, o PCP e o PEV para um acordo de incidência parlamentar que apoie um governo liderado por António Costa, não terá o Presidente da República outra hipótese que não passe por aceitar uma nova realidade política. No Parlamento desenha-se aquilo que parece ser uma vontade comum: acabar com o rumo da austeridade que tantas tragédias provocaram na vida dos trabalhadores e da generalidade do povo português.

Dando eco aos resultados eleitorais de 4 de outubro, um governo de rutura com a política de direita tornou-se um imperativo nacional. O povo votou e expressou livremente a vontade de mudança. É por essa mudança que nos cabe lutar, recusando a via de sentido único imposta por uma política que saiu democraticamente derrotada nas urnas.

Tribunal Constitucional dá razão aos sindicatos da CGTP-IN, entre eles, o STML!

Em Outubro, o Tribunal Constitucional (TC) considerou **inconstitucional** a prática do governo PSD/CDS, em imiscuir-se na contratação coletiva que envolve autarquias e sindicatos.

A luta travada pelos trabalhadores e sindicatos da CGTP-IN ao longo dos últimos dois anos, tornou público e denunciou a ignomínia deste governo que, através do Secretário de Estado da Administração Pública (SEAP), tentou ilegalmente condicionar a independência e autonomia do poder local, conquista maior da Revolução de Abril, não publicando os acordos (ACEP) celebrados entre as autarquias e as estruturas representativas dos trabalhadores.

Face à pressão da luta, à qual se somam inúmeras decisões de tribunais de 1ª instância desfavoráveis ao governo, além de uma opinião pública cada vez mais adversa à sua política, o

SEAP decidiu arbitrariamente, numa espécie de *fuga pra frente*, que a publicação dos ACEPs livremente negociados e celebrados ficaria dependente da inclusão da *adaptabilidade de horários e do banco de horas*, normas francamente prejudiciais aos trabalhadores.

É pertinente lembrar que apenas os sindicatos da UGT acataram a imposição do governo, nada de extraordinário se considerarmos que esta estratégia é coerente com o seu trajeto histórico, caracterizado pela traição sistemática dos trabalhadores que supostamente deveriam representar e defender.

Do outro lado da barricada, isto é, do lado dos trabalhadores, tanto STML como o STAL nunca aceitaram esta chantagem, contestando-a prontamente. Os ecos desses protestos, por exemplo, fizeram-se ouvir bem alto no caso da CM de Sintra.

Do resultado deste processo torna-se evidente a derrota da estratégia do Governo em impor sem olhar a meios as 40 horas semanais. Uma derrota hoje confirmada pela decisão do TC e que relembra aos mais cétricos que lutar vale sempre a pena. Foi a luta que determinou a continuação das 35 horas nas autarquias, câmaras municipais e juntas de freguesia, salvaguardadas pelos ACEPs, agora legitimados pela força da lei máxima deste país. Este governo ficará negativamente na história, como o recordista em inconstitucionalidades!

No caso do STML, os ACEPs assinados com a CML e várias JF, devem ser prontamente publicados, concluindo formalmente um processo que garante, além da manutenção das 35 horas semanais, um conjunto de outros direitos em áreas como da saúde e segurança no trabalho.

Espaço dos Aposentados

Comemoramos o 25º Aniversário da Inter-Reformados A Inter-Reformados, organização da CGTP-IN para os reformados, completou no passado dia 10 de Novembro, o seu 25º aniversário!

Foi no VI Congresso da CGTP-IN, realizado em 1989, que esta organização foi fundada “com o objetivo de organizar, no âmbito do movimento sindical unitário, os reformados”, inicialmente com a designação de Conselho Nacional de Reformados.

No ano seguinte, a 10 de Novembro, realizou-se na Voz do Operário, a 1ª Conferência da Inter-Reformados, constituída por delegados das secções sindicais de reformados e dos sindicatos.

Foi então aprovado um Regulamento, definidos os órgãos, aprovado um Programa de Ação e consagrada a designação Inter-Reformados (IR).

A Comissão de Reformados do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, constituída em 1996, iniciou a sua ligação à IR, com a presença numa reunião em 24 de Março desse ano, a que se seguiu a participação, em Lisboa, a 4 de Abril, numa Manifestação dos Reformados, Pensionistas e Idosos.

Ao longo destes 25 anos de militância sindical, a IR soube afirmar-se como organização insubstituível na luta dos reformados pelos seus direitos e pensões, dinamizando a atividade das Comissões de Reformados e articulando a sua ação reivindicativa com a luta mais geral dos trabalhadores desenvolvida pela CGTP/IN.

Sobre a Ação Sociocultural

1. Visita ao Museu de Marinha

No dia 7 de Outubro, a Comissão de Reformados do STML juntou quinze dos seus associados na visita ao Museu de Marinha, que dispõe de um rico acervo constituído por modelos de Galés, embarcações e navios desde os Descobrimentos até ao século XIX.

A próxima visita ficou agendada para o dia 25 de Novembro, pelas 14h30 ao Museu de Lisboa – Teatro Romano.

2. Lançamento de livro

Foi no dia 29 de Outubro, na Casa do Alentejo, que tivemos o prazer de assistir ao lançamento de novo livro de poesia do nosso associado e membro da Co-

missão de Reformados, Luís Flípe Maçarico. Numa casa cheia de muitos amigos e admiradores, podemos fruir da leitura de alguns dos seus poemas e ainda de interessantes reflexões sobre o seu multifacetado percurso literário, marcado por uma intensa e apaixonada gratidão à vida.

Eleições para a Assembleia da República (AR)

A 4 de Outubro, a maioria do povo manifestou-se inequivocamente contra a política de direita conduzida pela coligação PSD/CDS, que tanto penalizou, ao longo de quatro anos de empobrecimento, a vida dos reformados e das suas famílias.

Para a acentuada queda da votação na direita, muito contribuiu a dura luta sindical travada por trabalhadores e reformados, enquadrada pela CGTP-IN. Os reformados, camada social especialmente atingida nas suas pensões e na sua dignidade, estiveram sempre presentes em todas as iniciativas e movimentações de resistência e de denúncia pública das medidas de terrorismo social desse governo.

Agora, existe na AR uma nova maioria que tem condições para iniciar um processo de mudança de políticas que permitam reparar os atropelos praticados e devolver aos reformados e aos trabalhadores em geral os direitos e os rendimentos que lhes foram roubados.

Mas a mobilização e a luta sindical têm de prosseguir e intensificar-se, contra os interesses que se perfilam atrás de uma direita habituada a dominar o país, num regime de alternância sem alternativa. Com o patrocínio do ainda Presidente da República desenvolvem já uma intensa campanha de desinformação, chantagem e medo, para tentar impor a continuação da sua política, subvertendo o sentido maioritário do voto dos portugueses.

Não passarão!



No Plenário Nacional de Sindicatos da CGTP-IN, foram reafirmados como indispensáveis, os caminhos da luta pelos direitos e valores conquistados com Abril.

A CGTP-IN realizou em Outubro, um grande Plenário Nacional de Sindicatos no Fórum Lisboa.

Dos mais participados dos últimos tempos, contou com a presença de dirigentes e delegados vindos de diversos pontos do país. Foi também evidente o entusiasmo de muitos, que saudaram o resultado das últimas eleições legislativas que ditou a derrota da coligação do Governo PSD/CDS, perdendo a maioria absoluta que detinham no Parlamento.

No Plenário identificou-se que a nova correlação de forças na Assembleia da República, potencia melhores condições para responder aos inúmeros problemas e desafios com que os trabalhadores e o povo estão confrontados e proporciona uma situação mais favorável para dar continuidade à luta pela afirmação dos direitos e valores de Abril.

Porém, a CGTP-IN não deixou de alertar para a necessidade dos partidos que dispõem, agora, de uma maioria parlamentar que respeitem e assegurem a vontade de mudança e convirjam na efetivação de uma política que coloque os interesses dos trabalhadores e do povo como

elementos estruturantes para a coesão económica e social e o desenvolvimento do país.

Deixamos algumas das conclusões deste encontro, nomeadamente:

- Exigir resposta positiva às reivindicações de melhoria das condições de vida e de trabalho, realizando para o efeito as lutas necessárias para a concretização destes objetivos;
- Solicitar reuniões aos partidos políticos com representação parlamentar para apresentar os eixos estruturantes da Política Reivindicativa da CGTP-IN para 2016 e reclamar que deem suporte legislativo;
- Prosseguir as comemorações do 45º aniversário da CGTP-IN;
- Planificar e concretizar o **XIII Congresso da CGTP-IN**, que se realiza nos dias 26 e 27 de Fevereiro de 2016, em Almada.

Milhares de trabalhadores exigiram junto à Assembleia da República (AR), uma política de esquerda que respeite os seus direitos e interesses!

No dia 10 de Novembro, quando se discutia o programa de um *pseudo* governo sustentado em dois partidos - PSD/CDS - que perderam mais de 730 mil votos nas eleições legislativas, milhares de trabalhadores rejeitaram uma vez mais a política de direita que lhes infernizou a vida ao longo dos últimos anos. Com esta disponibilidade, fizeram transbordar as imediações da AR, respondendo positivamente à convocação da CGTP-IN, a maior e mais influente central sindical portuguesa.

No seio do parlamento, os restantes partidos [PS-PCP-PEV-BE] apresentavam as suas moções de rejeição a um governo que, só por teimosia de um Presidente de República agarrado às ideias de um passado derrotado pela Revolução de Abril, chegou desnecessariamente a ser formalizado. O fim previamente anunciado do seu tempo de vigência ficará para a histórica parlamentar portuguesa como um dos mais curtos de sempre.

Mas a democracia não se faz apenas de eleições e de discussões no seio das quatro paredes da AR. Cá fora, exigindo respeito e resposta às suas reivindicações, milhares de trabalhadores, do público e do privado, fizeram-se ouvir inequivocamente. Face aos programas e propostas políticas apresentados durante a campanha eleitoral pelos partidos de esquerda ou ditos de esquerda, exigiu-se

agora, através de medidas legislativas concretas, a sua concretização. Depois de derrotada a maioria absoluta do PSD/CDS nas urnas, e rejeitado uma solução minoritária sustentada pelos mesmos partidos, cabe aos restantes deputados do Parlamento propor e aprovar medidas que devolvam os salários e pensões roubados nos últimos anos, repor os direitos sonogados e defender os interesses de quem trabalha.

Exigiram igualmente, invertendo a ordem até aqui imposta por Passos, Portas e Cavaco, a valorização das funções sociais do Estado, a defesa dos serviços públicos e dos seus trabalhadores e o respeito pela Constituição da República Portuguesa. Medidas que devem ser prioritárias na ação política imediata, assumindo um verdadeiro caminho para o desenvolvimento económico de progresso e justiça social.

No dia 10 de Novembro, junto à AR, o que se exigiu sem ambiguidades, foi a mudança de política e de governo. Foi a defesa de uma solução que consubstancie uma política alternativa de esquerda e soberana, que afirme os direitos, os valores e as conquistas de Abril. Uma política que importa continuar a reivindicar, até à sua concretização efetiva e real.

Quando a imprensa é o órgão oficial da direita...

Há uns anos, um órgão de comunicação francês reportava ao seu público, o estranho e inédito caso de, em Portugal, os políticos ocuparem espaços de comentário nos principais canais de televisão. Aquilo que para o comum dos portugueses se foi tornando normal, promoveu a estupefação por terras gaulesas. Por cá, tudo continuou como dantes: a televisão é rampa de relançamento para muitos voos, inclusive para ambições presidenciais, e não só. Nessa reportagem, outra curiosidade (só para franceses, claro está!): a larguíssima maioria desses políticos comentadores provinham de um mesmo partido – pensamos que não precisamos mencionar qual.

A tal imprensa livre e plural, constitucionalmente formalizada na sequência da Revolução de Abril, tem muito que se lhe diga. Na verdade, a pluralidade e a liberdade da imprensa esbarram recorrentemente nos chamados “critérios editoriais”, que mais não são que o peso da direções e, conseqüentemente, dos donos dos órgãos de comunicação social, na “escolha” e no “direcionamento” ideológico pretendido. É assim na televisão (com os tais políticos comentadores e outros “especialistas”), mas também nos jornais e nas rádios de cobertura nacional.

Com o resultado das últimas eleições legislativas, tornou-se real a hipótese de a direita não continuar a governar, e este facto revelou de forma muito evidente o modo despuadorado como

a imprensa portuguesa, na sua quase totalidade, tomou partido claro. Sem surpresa, é certo, os “critérios editoriais” em rádios, televisões e jornais tornaram-se verdadeiros órgãos oficiais dos partidos da direita, PSD e CDS.

Na linha da frente do ataque à maioria parlamentar composta por PS, BE, PCP e PEV, saída legitimamente das eleições, a “plural” imprensa portuguesa. Em poucos dias, transformou um cenário absolutamente constitucional, legal e legítimo – o da tal maioria à esquerda – num “golpe de Estado”, num “assalto ao Poder”, num “dislate aventureirista”, etc. Como pontas de lança deste ataque à democracia, os principais diretores de redação dos grandes jornais nacionais. Os mesmos que durante anos foram suportando o discurso das inevitabilidades, a necessária austeridade e as grandes mentiras do sucesso económico da direita no combate ao défice ou na criação de emprego, quando aquilo que temos é um País com mais dívida pública, devastado pelo desemprego e com um futuro cada vez mais hipotecado.

Num desesperado vale-tudo, a imprensa portuguesa das últimas semanas parece ter voltado aos tempos da Guerra Fria. Para além de editoriais virulentos contra a construção de uma maioria parlamentar legítima, os “arautos da democracia” decidiram fabricar factos, declarações provenientes dessas entidades tão palpáveis como “os mercados” e até

mesmo recorrer às mistificações do passado, para lançar sobre o País o medo de as criancinhas poderem vir a ser comidas ao pequeno-almoço.

Todas as teses valem. Desde “o diálogo contranatura entre o PS e o PCP” à subida dos juros da dívida provocados por declarações de um membro do BE, a criatividade dos órgãos de comunicação social parece não ter limites. A somar a esta ofensiva, o apoio taxativo dos opinion makers ao “respeito pela tradição” no discurso de Cavaco, que até propôs a exclusão de dois partidos com um milhão de votos de qualquer solução governativa, ou as virtudes de um “governo de gente capaz e experiente” como o apresentado por Passos e Portas há umas semanas atrás.

Dramático neste cenário, é a posição de rigorosa dependência dos interesses económicos e financeiros, demonstrado pelos que dão a cara pelos jornais e televisões nacionais. Isto trai o jornalismo e a isenção a que obriga uma profissão que se quer respeitável. Quando as figuras cimeiras da imprensa portuguesa dão esta “lição” de oportunismo, de fabricação de uma realidade e tomam partido de um modo tão calculista, há que temer sobre o futuro dessa

imprensa livre e plural que, relembramos, é um princípio constitucional a defender. A bem da democracia que tão atacada tem sido.

A “isenção” na promoção da “pluralidade”



Um bonito piquenique do STML no Cabeço de Montachique

Foi com alegria e muita camaradagem que se realizou no passado dia 27 de Setembro no Cabeço de Montachique, em Loures, o tradicional piquenique do sindicato que envolveu, além dos nossos associados, os seus familiares. Com algumas ausências forçadas, ninguém foi contudo esquecido.

Num espaço propício a este tipo de iniciativa, muitos foram os que cantaram, dançaram comeram e beberam com uma alegria imensa de quem sabe que na natureza deste sindicato, o seu sindicato, há sempre espaço para uma amizade genuína, honesta e sincera.

O Presidente da Câmara Municipal de Loures, Bernardino Soares, agraciou-nos com a sua presença e todos agradecemos a disponibilidade na cedência deste espaço. Também à Câmara Municipal de Lisboa agradecemos a cedência dos autocarros que permitiram o transporte de todos os que quiseram participar.

No próximo ano, fazemos questão de continuar a alimentar uma tradição que reforça os laços entre os trabalhadores associados do STML, os seus dirigentes e delegados sindicais, porque é também nestes momentos que a luta se faz.



Festa do Natal do STML

Realiza-se nos últimos dias de Novembro a já habitual Festa de Natal que o Sindicato proporciona aos seus associados e respetivos familiares. Com o envolvimento do Circo Cardinali, foi possível apresentar um espetáculo que tanto agrada a graúdos, como as crianças em especial.

Apesar das crescentes dificuldades económicas que assolam os trabalhadores portugueses e em especial os do município de Lisboa, que afetam obviamente o próprio

sindicato, foi com muita ginástica financeira, mas também muita alegria, que a Direção do STML decidiu manter este momento tão especial.

Sabemos que são os nossos associados os que de facto legitimam e justificam a existência do STML e para eles, todos, deixamos um voto de boas-festas, mas também de confiança no futuro que nos aguarda, cabendo a cada um e a todos, construir um país onde os nossos direitos, interesses e aspirações sejam de facto respeitados.

PROCOLOS STML

Instituições de Ensino Superior

- Escola Superior de Educação João de Deus
- Grupo Lusófona
- Instituto Superior de Educação e Ciências
- Instituto Superior de Tecnologias Avançadas
- Universidade Lusíada

Banca e Seguros

- Macif Portugal, companhia de seguros
- Millennium BCP

Turismo

- Campiférias
- FPalmela - Aldeamento Turístico de Palmela
- Viagens Falcon

Telecomunicações

- NOS
- Vodafone

Outros

- BP - Cartão BP Plus
- Escola de Condução Enal
- Lancaster College - Escola de Línguas
- Mind Project

- Teatro da Cornucópia